

“Estados e municípios não aceitarão suspensão das transferências da União”

por Livia Ferrari
do Rio

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, não tem dúvidas de que o programa de ajuste fiscal, proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, exigirá muita “negociação política”.

Ainda assim, ele admite não ver condições para negociações em torno de uma eventual suspensão, mesmo que temporária, das transferências constitucionais aos estados e municípios. Mas acredita, contudo, que haja espaço para cortes nas transferências voluntárias.

O presidente da CNI aplaudiu a disposição do ministro de adotar medidas de desindexação da economia somente após a obtenção do ajuste fiscal. Mas preferiu não considerar a intenção ministerial de fim dos financiamentos às exportações e à agricultura com recursos do Orçamento da União. “Tentar financiar exportações e agricultura via setor privado é impossível, fora de questão. Em qualquer lugar no mundo as duas atividades contam com financiamentos públicos”, ressaltou Albano Franco.

Ele informou que amanhã presidentes das federações de indústria de todo o País estarão reunidos na

sede da entidade, em Brasília, para a busca de consenso em torno de uma agenda mínima, objeto de revisão constitucional. Segundo ele, o consenso, até o momento, entre as lideranças da CNI é da “necessidade inadiável da revisão constitucional”.

Segundo o secretário estadual de Economia e Finanças, Cibilis Viana, se a idéia do ministro for colo-

cada em prática, haveria “ameaças à federação, pois levaria estados e municípios à bancarrota”, apurou o repórter Fernando Paulino Neto.

“A base da federação pressupõe municípios financeiramente equilibrados e em condições de atender aos reclamos imediatos da população”, disse Cibilis, para quem “a reação seria drástica. Nenhum go-

verno se sustentaria com medidas dessa natureza. O resultado seria mínimo em relação aos problemas que acarretaria”, acrescentou o secretário.

Um exemplo do que aconteceria se tal política fosse implementada é o jovem município de Varre-Sai, emancipado no final de 1990 de Natividade, no noroeste fluminense. O prefeito Antônio Said Oliveira (PMDB) prevê a falência total das contas municipais. “Sem os repasses federais eu teria de demitir metade do funcionalismo”, diz ele. O prefeito disse ainda que os repasses do Fundo de Participação dos Municípios representam 35% de sua arrecadação total, que em setembro deve ficar em torno de CR\$ 17 milhões.

O efeito nas contas dos municípios menores não é o mesmo nas grandes capitais. O Rio, por exemplo, sofreria pouco com a medida.

De toda a receita da capital, estimada em US\$ 930 milhões para 1993, apenas 3% se referem a transferências do Fundo de Participação dos Municípios e do IR retido na fonte dos funcionários públicos municipais e dos pagamentos por serviços. 70% da renda municipal são de receitas próprias, segundo informou a assessora da Secretaria de Fazenda, Sol Garson.